



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 54/XIV/2.ª SL

Aos 6 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 10 do Palácio de São Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 53, de 16 de dezembro de 2020;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021 - Uma União vital num mundo fragilizado (COM(2020)690) - a remeter à CAE até sexta-feira, 22 de janeiro de 2021;**  
**Deputado relator: José Moura Soeiro (BE)**
4. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.ª (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.ª alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.ª (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.ª (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;**
5. **Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 57/XIV/2.ª (GOV) - «Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões»;**
6. **Outros assuntos.**

---

O Senhor Presidente da Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), Deputado Pedro Roque, deu início aos trabalhos, cumprimentando as Senhoras e os Senhores Deputados presentes na sala e os que participavam na reunião por via eletrónica, e entrando-se de imediato na apreciação da Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 53, de 16 de dezembro de 2020;**

A ata identificada foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar (GP) do PCP.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 54/XIV/2.<sup>a</sup> SL

#### **2. Distribuição de iniciativas legislativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**

O Senhor Presidente informou que havia baixado à Comissão o Projeto de Lei n.º 611/XIV/2.<sup>a</sup> (PEV) - «Repõe a duração de 90 dias para o período experimental para trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração (Alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)», que foi distribuído à Senhora Deputada Cristina Mendes da Silva (PS), tendo o GP do PS recordado a necessidade de ser promovida a apreciação pública desta iniciativa, pelo período de 30 (trinta) dias.

O Senhor Presidente deu também conhecimento que havia baixado em conexão à Comissão o Projeto de Lei n.º 612/XIV/2.<sup>a</sup> (Deputada Cristina Rodrigues) - «Garante aos Advogados, Solicitadores e Agentes de Execução a possibilidade de escolha do regime de contribuições entre a CPAS e a Segurança Social», cabendo a competência primacial à 1.<sup>a</sup> Comissão.

#### **3. Apreciação e votação do relatório sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2021 - Uma União vital num mundo fragilizado (COM(2020)690) - a remeter à CAE até sexta-feira, 22 de janeiro de 2021; Deputado relator: José Moura Soeiro (BE)**

O Senhor Deputado relator procedeu à apresentação do relatório em epígrafe, dando conta dos seis objetivos estratégicos definidas pela Comissão Europeia para o ano em curso, com particular destaque, tendo em conta o escopo da CTSS, para o segundo – «Uma Europa preparada para a economia digital», nomeadamente o objetivo 9, «Trabalhadores das plataformas», à qual corresponderá a iniciativa «Melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores das plataformas», e para o terceiro e sexto, «Uma economia ao serviço das pessoas» e «Um novo impulso para a democracia europeia», em que se integra a «Estratégia Europeia para a deficiência». Deste modo, o Senhor Relator concluiu pelo envio do relatório à Comissão de Assuntos Europeus, sublinhando ainda que, como se tratava de uma comunicação, não se verificava a necessidade de análise do respeito pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

Submetido a votação, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP, com os agradecimentos do Senhor Presidente pelo trabalho efetuado.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 54/XIV/2.<sup>a</sup> SL

**4. Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 414/XIV/1.<sup>a</sup> (BE) - «Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (16.<sup>a</sup> alteração do Código do Trabalho)», do Projeto de Lei n.º 448/XIV/1.<sup>a</sup> (PS) - «Introduz uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos» e do Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.<sup>a</sup> (PCP) - «Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto»;**

O Senhor Presidente deu conta que a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) comunicara por escrito antes da reunião a impossibilidade de estar presente, solicitando igualmente o adiamento deste ponto para a reunião seguinte, o que não mereceu oposição.

**5. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 57/XIV/2.<sup>a</sup> (GOV) - «Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões»;**

A redação final da iniciativa em epígrafe foi fixada nos termos propostos e sem votos contra, registando-se ainda a ausência do GP do PCP.

#### **6. Outros assuntos.**

l) Neste último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente começou por dar conta que, para além da segunda audição regimental da 2.<sup>a</sup> Sessão Legislativa (SL) da XIV Legislatura (após a concretizada no âmbito da especialidade do processo orçamental), cuja realização se previa então para a quarta-feira seguinte, 13 de janeiro, aguardava ainda agendamento uma audição regimental em falta da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) relativa à 1.<sup>a</sup> SL, bem como a audição da Senhora Ministra no seguimento de requerimento do GP do PSD, aprovado por unanimidade, sobre apoios às famílias que devam acompanhar os seus filhos em virtude do encerramento de escolas, sugerindo que se pudesse realizar uma ronda prévia dedicada exclusivamente a este tema. De qualquer forma, recordou a necessidade de confirmação da grelha a utilizar, sugerindo que pudesse ser adotado o mesmo modelo de audições anteriores.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 54/XIV/2.<sup>a</sup> SL

Destarte, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) reiterou a importância de a audição a requerimento ser levada a cabo já na semana seguinte, dada a crescente atualidade do assunto. Pugnou ainda pela utilização de uma grelha de cerca de uma hora, tal como já havia acontecido em situações similares na presente e na anterior Legislatura.

O Senhor Presidente preconizou assim que fossem sugeridas à Senhora MTSSS as seguintes datas para a concretização da audição ainda por realizar, desejavelmente à quarta-feira: 27 de janeiro, 3, 10, 17 e 24 de fevereiro, ainda antes da próxima audição regimental, já calendarizada para quarta-feira, 17 de março. Acrescentou ainda que excepcionalmente poderia ser considerada uma terça-feira para este efeito, de acordo com a disponibilidade de agenda da Senhora Ministra. Foi também decidida a adoção de uma grelha específica para a audição a requerimento, de cerca de 65 minutos (1 hora e 5 minutos), já para 13 de janeiro, antes da audição regimental desse dia, com início às 9h.

II) Já quanto à audição pública dedicada à aplicação do Estatuto do Cuidador Informal (ECI), e estando já reservado o dia 19 de janeiro, terça-feira, para esse fim, o Senhor Presidente aconselhou a inclusão da participação de S. Exa. o Presidente da Assembleia da República na sessão de abertura, ou de quem o representasse. Nesse sentido, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) acompanhou esta chamada de atenção, que agradeceu, apelando ainda ao envio do relatório trimestral da Comissão de Acompanhamento, Monitorização e Avaliação do ECI, já que as diligências da CTSS nesse sentido junto da Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares (SEAP) ainda não haviam surtido efeito, tendo o Senhor Presidente agradecido a referência efetuada.

III) No que concerne à Conferência Interparlamentar a organizar em conjunto com a Comissão de Saúde, no âmbito da Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, agendada para 13 de abril de 2021, e subordinada ao tema: «Covid-19: impacto na saúde e efeitos sociais», o Senhor Presidente alertou para a necessidade de operacionalizar a situação. Assim, deu conta que contactaria a Senhora Presidente da Comissão de Saúde, Deputada Maria Antónia Almeida Santos,



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 54/XIV/2.<sup>a</sup> SL

no sentido de consumir uma reunião de Mesa e Coordenadores conjunta entre as duas Comissões.

IV) A propósito da audiência solicitada pela Comissão de Trabalhadores do Novo Banco, a articular com a Comissão de Orçamento e Finanças (COFF), o Senhor Presidente informou que a CTSS poderia tomar a iniciativa do agendamento, convidando posteriormente a COF, de acordo com a resposta recebida desta Comissão. Deste modo, adiantou a manhã do dia 20 de janeiro de 2021, quarta-feira, antes da reunião ordinária da CTSS, o que mereceu a concordância de todos os presentes. Quanto a este e ao ponto anterior, o Senhor Presidente sensibilizou os Grupos Parlamentares para a imperatividade de se respeitarem as regras de distanciamento nas reuniões conjuntas, quer com a limitação do número de Deputados em sala, quer com a atribuição de uma sala maior para estes casos.

V) Por último, o Senhor Presidente comunicou a existência de um requerimento do GP do PSD, apresentado já depois da consolidação da Ordem de Trabalhos, colocando previamente à consideração da Comissão a sua discussão e votação neste ponto. Não se verificando nenhuma oposição, foi concedida a palavra à Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), que de uma forma breve aludiu ao teor do requerido, indicando a sua apresentação conjunta na 9.<sup>a</sup>, 10.<sup>a</sup> e 16.<sup>a</sup> Comissões, visando a audição, com caráter de urgência, do Senhor Presidente da Associação de Apoio Domiciliário, de Lares e Casas de Repouso de Idosos (ALI), tendo em atenção a situação vivida nos lares de idosos, em particular nos lares ilegais e clandestinos excluídos do plano de vacinação, e que durante o período pandémico constituíam uma preocupação acrescida. Confrontada sobre esta temática, a Senhora MTSSS não respondera ao demandado pelo GP do PSD, tendo no seu entender subavaliado o número total de lares de idosos em situação ilegal, e sendo desmentida desde logo pelas declarações do Senhor Presidente da ALI. Desta forma, este requerimento almejava um contributo do auditado sobre a matéria, permitindo-se um conhecimento aprofundado da realidade.

O Senhor Deputado João Paulo Pedrosa (PS) destacou a relevância de falar e ouvir sobre esta questão, concordando assim com a aprovação do requerimento. Também o



## **COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL**

### **ATA NÚMERO 54/XIV/2.ª SL**

Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) saudou e acompanhou a iniciativa, salientando o significado da vacinação e a dificuldade de lidar com realidades não oficiais, como era o caso. Era assim importante comunicar com quem estava no terreno, para não deixar nenhum idoso para trás. Também o GP do BE manifestou eletronicamente o seu voto favorável.

Assim, o requerimento foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PCP.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de janeiro de 2021.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**Pedro Roque**



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 54/XIV/2.<sup>a</sup> SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros  
Clara Marques Mendes  
Cristina Sousa  
Eduardo Barroco de Melo  
Fernando José  
Helga Correia  
João Paulo Pedrosa  
João Pinho de Almeida  
José Moura Soeiro  
Lina Lopes  
Luís Soares  
Maria Germana Rocha  
Marta Freitas  
Nuno Sá  
Ofélia Ramos  
Olga Silvestre  
Pedro Roque  
Rita Borges Madeira  
Sílvia Torres  
Carla Madureira  
Cristina Mendes da Silva  
Eduardo Teixeira  
Emília Cerqueira  
Fernanda Velez  
Firmino Marques  
Lúcia Araújo Silva  
Maria Joaquina Matos  
Martina Jesus

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diana Ferreira  
Tiago Barbosa Ribeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Pires